

SCHIRATO, M.A.R. *O feitiço das Organizações. Sistemas imaginários*. São Paulo: Atlas, 2004. 150p.

Bruno Stramandinoli Moreno

O feitiço das organizações é uma obra que contempla o entendimento de sistemas imaginários no âmbito das relações de trabalho dentro do contexto organizacional de uma grande corporação. A presente discussão é fruto de um estudo realizado no ano de 1995 junto a trabalhadores demitidos de uma grande fabricante de aviões, de capital nacional, mas de âmbito global.

Articulando análises teóricas e relatos dos próprios demitidos ou de terceiros, a pesquisadora vai tecendo o sustentáculo de suas concepções sobre a relação desses profissionais e a corporação – até então amparo de suas subjetividades –, tendo como pano de fundo as premissas do professor Eugène Enriquez acerca do feitiço que as organizações estabelecem por meio de suas relações com os funcionários.

A partir de uma análise mais acurada e tendo como referência o trabalho de Enriquez, a autora apresenta suas constatações sobre a presença significativa de sistemas imaginários que permeiam as relações no âmbito organizacional. Um mundo de intenções e promessas que ela considera como feitiço, um espaço configurado como imaginário, aludindo a um feitiço que envolve o indivíduo e que se distancia do controle racional, e onde, justamente, se dá a formação das impressões determinantes no comportamento e na escolha dos indivíduos.

O que é mais significativo é a empreita da autora de denunciar, ao longo da obra, as inúmeras discrepâncias do discurso na relação entre organização e profissional ofertado pela empresa, confirmado pelo profissional e consolidado pelas práticas e políticas de Recursos Humanos. Já nesse momento é possível entender que uma de suas hipóteses é a

de que a personalidade do trabalhador é impelida a fundir-se na identidade organizacional, num processo de forja de extensão do trabalho. Os relatos apresentados consubstanciam essa ideia, pois se mostra recorrente nos discursos o ideário organizacional permeando objetivos, vida pessoal, familiar e social.

Num primeiro momento do livro, tem-se a elucidação da tarefa a que a autora se propõe: construir o arcabouço teórico e metodológico para buscar entender e analisar o fenômeno, dispondo-se a discutir as organizações, o imaginário e as relações engendradas nesse cenário. Inicialmente, ela recorre à perspectiva antropológica de Mounier para fundamentar suas discussões e se munir de instrumentos para avaliar o impacto das políticas praticadas pelas organizações.

Essa construção teórica perpassa o estabelecimento dos níveis de análise em que a pesquisa se foca. Foi na literatura de Enriquez que a autora elencou as seguintes instâncias de análise: mítica, sócio-histórica, institucional, organizacional, grupal, individual e pulsional. Esse passo lhe possibilitou alçar um próximo degrau, o do estabelecimento do espaço dos sistemas imaginários de Enriquez e seu impacto nas relações. Partindo da fundamentação conceitual e de sua interpretação de análise sobre organizações, a autora se baseia na compreensão das situações-problema. Entretanto, não se propõe a erigir uma fundamentação psicanalítica no estrito senso do termo, nem se presta a tal intento.

É especificamente na busca por uma análise socioantropológica que a autora estabelece sua empreitada quanto à condição de “cidadão organizacional” nos meandros da estrutura de trabalho que organizações modernas, como a estudada nessa pesquisa, constroem, desenvolvem, defendem como situação *sine qua non*, e que, por conseguinte, mostra-se dogmática e pouco questionada. Essa conceituação inicial lhe possibilita constatar a existência de sistemas imaginários (as políticas de Recursos Humanos, por exemplo) funcionando como teias de um feitiço nas organizações.

Num segundo momento da obra, sustentada por uma gama de pensadores, Schirato estabelece um percurso que contempla instantes da vida dos sujeitos pesquisados, ainda dentro da organização (abarcando desde o ingresso até o desligamento). A partir desse ponto do livro, é possível dimensionar o impacto que as políticas de Recursos Humanos – expressões materializadas do inefável envolvimento dos indivíduos pelas organizações – têm, por meio de processos de integração ao cotidiano da corporação, o que imbrica o imaginário do profissional, transcende as paredes da organização e alcança o cotidiano pessoal e íntimo desses trabalhadores.

A autora, com intuito de dimensionar para o leitor o drama do processo de desligamento junto aos sujeitos-alvo da pesquisa e o seu impacto no cotidiano desses indivíduos, insere vários relatos das experiências coletadas. Ao invés de estabelecer relação concreta entre o segmento teórico-reflexivo e o concreto-real, têm-se, ao longo dessa segunda parte, a proposição de o próprio leitor buscar as aproximações que julgar adequadas. O que torna a proposta interessante é o fato de os casos serem relatados exatamente como foram descritos.

No decorrer dessas descrições, tem-se a percepção de que as intenções e promessas concernentes à política de pessoal estabelecem uma relação de perversidade, pois tais intenções e promessas se efetivam nas vivências cotidianas. Essa perversão é demonstrada na apresentação das falas dos sujeitos, na medida em que eles relatam a desapropriação de suas vidas pessoais e demonstram como são explorados para muito além de sua força de trabalho, sendo atingidos, em termos afetivos, até em sua agenda

pessoal. Os relatos apresentados mostram indivíduos infantilizados, inseguros, numa relação de dependência limitante no tocante à perspectiva de mundo que constroem.

Os efeitos apontados pela autora, oriundos da consubstanciação da relação entre organização e trabalhador, mostram-se nefastos para esse último. Schirato entende que ele perde a capacidade de direcionar a própria vida, de construir sua identidade para além sua condição de trabalhador da organização. À medida que essa relação se torna “pseudofamiliar” e as situações, os eventos e os indivíduos assumem um ar “doméstico”, “de casa”, a preocupação com a qualidade do trabalho e a reciclagem profissional assumem uma importância secundária. É nesse momento que a autora preconiza a discussão sobre os valores praticados, bem como o código de ética vigente, aludindo ao nível de análise organizacional em si.

Schirato encerra o livro alinhando os elementos apresentados até então num tom de denúncia e aponta a para um horizonte caracterizado pela necessidade de se perpetuar tal reflexão, de modo a transformá-la em ação efetiva de intervenção junto à equivocada relação entre organização e trabalhador, no que se entende como o modelo tradicional de gestão.

Em síntese, a presente obra consegue alcançar o objetivo a que se propôs: desvelar o “feito” que os sistemas imaginários erigidos pelas organizações, por meio das Políticas de Recursos Humanos, praticam nos seus corredores e destacar a necessidade de se resgatar a primazia do reconhecimento em prol do humano, nessa relação.

Bruno Stramandinoli Moreno - Mestre em Ciências da Motricidade pela Unesp. Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela UEL. Psicólogo pela UEL. Professor Assistente II da Faculdade Integrado de Campo Mourão para cursos de graduação e pós-graduação. bstram@gmail.com

A HISTÓRIA DE UMA CIDADE FILOSÓFICA

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Atlântida – Pequena história de um mito platônico*. Trad. L.A. Watanabe. São Paulo: Unesp, 2008. (214 p.)

Rafael Salatini

O filósofo italiano Norberto Bobbio distinguia quatro modalidades de filosofia política, entre as quais a descrição – que só pode ser feita em termos ideais – da melhor organização política. Pode-se, sem dúvida, considerar Platão como o pai dessa modalidade filosófica, com sua *República*, cuja influência pode ser medida pelas inúmeras descrições de cidades ideais que se podem contar, desde *A cidade de Deus* (413-426) de Santo Agostinho até a *Viagem a Icária* (1842) de E. Cabet, passando pela *Utopia* (1516) de T. More, *A cidade do sol* (1602) de T. Campanella, a *Nova Atlântida* (1627, póstumo) de F. Bacon e a *República de Oceana* (1656) de J. Harrington, para citar apenas as mais famosas, todas inegavelmente espelhadas na cidade de Atlântida descrita por Platão. O belo livro *Atlântida – Pequena história de um mito platônico* (2005) do historiador francês Pierre Vidal-Naquet reconstrói, em amplo diálogo com a historiografia helenística moderna e contemporânea, o percurso não dessa influência, mais tradicional no âmbito dos estudos sobre o pensamento político (linha seguida pelos bobbianos), mas sim a história – como afirma o próprio subtítulo da obra – do mito platônico da cidade de Atlântica, nascido (e depois abandonado pelo filósofo grego) nos diálogos platônicos do *Timeu* e de *Crítias*, tema que acompanha o historiador francês desde longa data. A difícil relação entre história e filosofia, entretanto, é reconhecida desde o início por Vidal-Naquet, que afirma: “a

ideia de que um filósofo possa se interessar pela história e um historiador pela filosofia tem por vezes dificuldades para vingar.” (p. 38). Todavia, o domínio metodológico da disciplina histórica e documental dos textos que dão continuidade, muitas vezes de forma fantástica, ao mito platônico, aliado a uma grande erudição por parte do historiador francês, permite o sucesso dessa interessante pesquisa (se me é permitida essa expressão) histórico-filosófica.

O problema todo nasce quando a influência platônica se torna tão grande, que sua descrição fictícia e inacabada da cidade de Atlântica se transforma, século após século, num mito. O mito não é uma mera ficção, mas uma mistura de ficção e realidade; na verdade, uma ficção que se toma por realidade, mesmo se sabendo que não passa de ficção: algo que não existe, mas se e considera que deveria existir e se age como se, de fato, existisse. Objeto tradicional de estudo dos etnólogos (de Frazer a Lévi-Strauss), a mitologia ganhou contemporaneamente, na chamada *nouvelle histoire*, status de objeto digno de pesquisa pelos historiadores (e eminentes historiadores!). A força do mito de Atlântica é tão grande, que todo o oceano Atlântico recebeu esse nome pela crença de que a cidade platônica havia submergido em suas águas.

Vidal-Naquet emprega sua erudição e delicada paciência percorrendo os documentos que mencionam a cidade perdida desde a antiguidade até o século XX, passando por praticamente todas as referências modernas, do Renascimento ao Iluminismo, do Romantismo ao nacional-socialismo. Uma grande ausência se nota pela falta de pesquisa dos documentos medievais, sejam patrísticos (de grande influência neoplatônica!), sejam escolásticos (de influência aristotélica), embora o próprio autor deixe claro, na introdução, que “também há lacunas em meu próprio estudo” (p. 18).

Sobre os documentos antigos, escreve: “Contrariamente ao que se poderia supor, faltou muito para que Atlântica tivesse sido um continente muito visitado pelos sucessores de Platão.

Muitos deviam simplesmente rir dela.” (p. 49). Analisando textos que vão de Teopompo de Quios, contemporâneo de Platão, até Proclo, oito séculos depois, passando por Aristóteles – que, diz o historiador, “neste ponto, [...] se deixou enganar por Platão” (p. 52) –, entre uma grande quantidade de escritores menores, cujos textos não recebem uma pesquisa menos minuciosa, Vidal-Naquet dá conta de como o mito, de texto em texto, perpassa a cultura helênica e ecoa pela cultura romana e mesmo bizantina, espalhando-se pela cultura antiga até o tardar do crepúsculo do império romano.

Pulando (como é costumeiro, infelizmente, na historiografia ocidental), como dito, todo o período medieval, ao qual não são dedicadas mais que 21 linhas no início do capítulo terceiro, é nos textos renascentistas que a investigação do mito prossegue: “Ressoam as três batidas – afirma Vidal-Naquet – e as cortinas se abrem uma primeira vez em Florença, em 1485, quando o humanista neoplatônico renascentista Marsílio Ficino traduziu o *Crítias*, além do restante da obra de Platão. Decretou que o relato era verdadeiro, mas verdadeiro no sentido platônico do termo, o que não abre a possibilidade de inscrever Atlântida numa mapa” (p. 80), coisa, contudo, que não deixou de ser feita, como as ricas imagens presentes na obra comprovam. Nesse ínterim, são analisados diversos textos (de procedências diversas: viajantes, padres, naturalistas, humanistas, etc.), em que se destacam duas questões: a descoberta da América, que reaviva a lembrança da cidade platônica, e a mobilização do mito de Atlântida para fins políticos e ideológicos, seja pelo nacionalismo da coroa espanhola, com interesses de posse sobre as novas terras descobertas, seja pelo nacionalismo escandinavo, pelo efeito da curiosa obra do médico sueco O. Rudbeck.

Reavivada modernamente pelos escritores renascentistas, Atlântida seria iluminada pelos pensadores do Século das Luzes, seja em discussões filosóficas, destacadas pelo historiador em representantes do Iluminismo francês, itali-

ano e britânico, do bispo P.D. Huet a J. Harrington, passando pelo conde G.R. Carli, seja em discussões históricas, destacadas em representantes holandeses, franceses e italianos, com relevo para o engenheiro francês N. Boulanger, descrito como, “com a imensa curiosidade que o possuía, um [historiador] amador” (p. 117), e o professor de literatura italiano G. Bartoli, descrito como um historiador que “estava à frente de seu século e do século seguinte.” (p. 120).

Se o século XVIII foi um século racionalista, o século XIX será historicista, o que, sob o ponto de vista do mito atlântico, servirá de farto terreno para a inserção de Atlântida nas grandes descrições da história da humanidade, ainda que imaginárias (mas, pode-se perguntar, também não eram imaginárias as histórias universais de Vico ou Hegel, que – ao menos Vidal-Naquet não o diz – não mencionam Atlântida?), mencionadas com grande riqueza no livro. E se, no século anterior, a confabulação atlântica passou da filosofia à história, no século do Romantismo, passará da história ao romance, sendo encontrada, entre outros, nas histórias de Júlio Verne, autor descrito como “representativo da Atlântida romanesca não apenas na França, mas também no mundo.” (p. 142).

Por fim, se o mito de Atlântida havia sido objeto de manipulação nacionalista na Espanha renascentista ou na Suécia iluminista, no século XX também o será, perceberá o historiador francês, na Alemanha nacional-socialista, onde, nas diversas obras de ideólogos racistas, a cidade inventada por Platão se transforma no berço da raça ariana!

Uma questão simples pode ser colocada ao trabalho de Vidal-Naquet, sobre a utilidade (ainda que essa mesma questão possa ser inúmeras vezes subdividida): qual a utilidade de se pesquisar passagens menores de textos esquecidos de autores medíocres, colocadas lado a lado com passagens de grandes textos de grandes autores (questão metodológica)? Qual a utilidade de pesquisar a reprodução, por séculos a fio, de uma ideia que, por mais persistente que se mos-

tre, não passa de uma ideia falsa (questão substantiva)? Penso que as respostas a estas questões brotam facilmente das páginas de *Atlântica*. Primeiro, não somente os grandes autores, mas igualmente os pequenos, fazem parte dos grandes diálogos intelectuais que perpassam os séculos, algo que, se um estudioso de filosofia pode se permitir ignorar, nenhum historiador o pode, como vêm demonstrando com sucesso diversos historiadores contemporâneos. Também a importância dos mitos não está no fato de que eles são falsos (qualquer cientista consegue demonstrar com facilidade a falsidade de um mito, quando o identifica como tal), mas sim no fato de que, ainda assim, as pessoas insistem em acreditar neles (vide a persistência do racismo, mesmo décadas após a ciência ter demonstrado a inexistência de raças na espécie humana). O que

pode sugerir que não apenas a razão, mas também a “desrazão”, não somente a verdade, mas igualmente a falsidade, etc. possuem algum relevo na história da humanidade. Daí a grave importância de sua perscrutação. O que transparece com nitidez na obra aqui resenhada, quando se mostram as interessantes e vívidas maneiras como a mitologia serve, em diferentes séculos, para a formulação de discursos religiosos, geográficos, históricos, nacionalistas, etc.

Tem-se aqui um livro interessante sob qualquer ponto de vista, que mostra simultaneamente a sutileza da *nouvelle histoire*, a atualidade dos estudos helenistas e a importância dos estudos sobre os mitos. Em suma, poder-se-ia descrever essa obra de Vidal-Naquet como feita por mãos delicadas (as mãos de um historiador interessado em filosofia).

Rafael Salatini - Bacharel em Ciências Sociais pela FFLCH-USP (2003). Licenciado em Ciências Sociais pela FE-USP (2007). Doutor em Ciência Política pelo DCP-FFLCH-USP (2009). Professor da Unesp-Marília, São Paulo. Departamento de Ciências Políticas e Econômicas. Unesp - Campus de Marília. Faculdade de Filosofia e Ciências. Av. Hygino Muzzi Filho, 737. Cep: 17525-9000. Marília - São Paulo. Caixa postal 181. rafaelsalatini@marilia.unesp.br.